



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

HUMANAS E SOCIAIS

ISSN IMPRESSO 2316-3348

E-ISSN 2316-3801

DOI - 10.17564/2316-3801.2016v5n2p67-80

DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE NEGATIVA DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NA TELEVISÃO BRASILEIRA

INVISIBILITY OF THE NEGATIVE VISIBILITY OF AFRICAN MATRIX RELIGIONS IN BRAZILIAN TV
DE LA INVISIBILIDAD A LA VISIBILIDAD NEGATIVA DE LAS RELIGIONES DE MATRIZ AFRICANA EN LA TELEVISIÓN BRASILEÑA

Edvania Kehrle Bezerra¹

Francilene dos Santos Rodrigues²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo comparativo sobre os conteúdos religiosos apresentados nas grades e nos sites das emissoras Globo e Record, em 2010 e 2015. A ideia é demonstrar a forma e o grau da presença das religiões na mídia televisiva aberta, principalmente, das Igrejas Neopentecostais e Católica e, ao mesmo tempo, analisar a formação dessas hegemonias religiosas que marginalizam os demais seguimentos e, em especial, as religiões de matriz africana. No desenvolvimento do trabalho dois aspectos foram abordados. O primeiro, o proselitismo dessas religiões dominantes na TV e, segundo, o processo de demonização das religiões afro-brasileiras por meio da mídia televisiva e o es-

tabelecimento das relações sociais entre praticantes dessas religiões. Como conclusões parciais, pudemos afirmar a invisibilidade das religiões de matriz africana nas mídias televisivas, assim como as constantes situações de intolerância e discriminação às quais estão expostas, principalmente por meio dos cultos e crenças das igrejas neopentecostais e católicas. Ademais, a fragilidade do Estado em garantir a democratização dos meios de comunicação em massa e, principalmente do direito à diversidade religiosa e da inoperância frente ao acúmulo de poder de seguimentos religiosos majoritários não somente na mídia televisiva, mas nos espaços decisórios como o Congresso Nacional.

PALAVRAS-CHAVE

Mídia. Religião de Matriz Africana. Proselitismo. Diversidade Religiosa.

ABSTRACT

This work aims to carry out a comparative study of the religious content presented in the bars and on the websites of Globo and Record, in 2010 and 2015. The idea is to demonstrate the form and the degree of presence religions in the open television media, especially of neo-Pentecostal churches and Catholic and, at the same time, analyze the formation of these religious hegemony that marginalizes the remaining segments and, in particular, the religions of African array. In the development of the work, two aspects were addressed. First, the proselytism of these dominant religions on TV and, second, the process of demonization of the Afro-Brazilian religions through the television media and the establishment of social relations among practitioners of these religions. Partial conclusion, we affirm as the invisibility of religions of African array in the televi-

sion media, as well as the situations of intolerance and discrimination to which they are exposed, especially by means of cults and beliefs of neo-Pentecostal churches and Catholic. Moreover, the fragility of the State to ensure the democratization of the mass media, and especially of the right to religious diversity and ineffectiveness in the face of the accumulation of power of senior religious segments not only in television media, but in decision-making spaces as the National Congress.

KEYWORDS

Media. Religion with African roots. Proselytism. Religious diversity.

RESUMEN

Este trabajo pretende realizar un estudio comparativo del contenido religioso presentado en la programación y en los sitios web las emisoras Globo y Record en 2010 y 2015. La idea es demostrar la forma y el grado de presencia de las en los medios, especialmente la televisión, principalmente, de las iglesias neo pentecostales y católicas y, al mismo tiempo, analizar la formación de estas hegemonías religiosa que marginan a los segmentos restantes y, en particular, las religiones de matriz africana. En el desarrollo del trabajo se abordaron dos aspectos: el primero, el proselitismo de

las religiones dominantes en la televisión y, segundo, el proceso de demonización de las religiones afrobrasileñas a través de los medios de comunicación de televisión y el establecimiento de las relaciones sociales entre los practicantes de estas religiones. Conclusión parcial, afirmamos como la invisibilidad de las religiones de matriz africana en televisas los medios de comunicación, así como las situaciones de intolerancia y discriminación a que están expuestos, especialmente por medio de cultos y creencias de las iglesias neo pentecostales y católicas. Por otra parte, la fragilidad del

estado para garantir la democratización de los medios de comunicación y especialmente del derecho a la diversidad religiosa y la ineficacia frente a la acumulación de poder de altos segmentos religiosos no solo en medios de televisión, sino en espacios de toma de decisiones como el Congreso Nacional.

PALABRAS-CLAVE

Medios de Comunicación. Religiones de Matriz Africana. Proselitismo. Diversidad Religiosa.

1 INTRODUÇÃO

Partindo do princípio que a mídia é um dos aparelhos ideológicos do Estado e, portanto, representa o pensamento hegemônico da nação brasileira torna-se fácil compreender a propagação da ideia de que “não somos racistas”, ao mesmo tempo em que a “democracia racial” (FERNANDES, 1978) se constitui um dos mais fortes componentes da identidade nacional. A negação do racismo evidencia assim o próprio racismo. Como bem diz Van Dijk (2003, p.110) “Os meios de comunicação e os discursos políticos ou didáticos são as fontes principais desses processos de comunicação e reprodução do racismo.” Dessa forma, a propagação de determinadas ideias por meio dos diversos grupos midiáticos atinge milhares de pessoas forjando o “pensamento de vastas camadas de leitores ou telespectadores, especialmente no Brasil, onde esses grupos detêm um poder de cartel imbatível” (NASSIF, 2015, *online*).

Os meios de comunicação de massa não são apenas instrumentos de reprodução, mas, também de significação na medida em que, por meio da linguagem, formam concepções enraizadamente racistas e/ou de intolerância religiosas. Como diz Woodward (2000, p. 17):

A mídia nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular – o adolescente “esperto”, o trabalhador em ascensão ou a mãe sensível. [...] É claro, pois, que a produção de significados e a produção das identidades que são posicionadas nos (e pelos) sistemas de representação estão estreitamente vinculadas.

É possível, portanto, falar de racismo midiático e religioso. Esse fenômeno ganha novas dimensões e abordagens a partir do surgimento, no final da década de 1970 e início da década de 1980, da Igreja Eletrônica Norte Americana (FONTELES, 2007) que, “sustentada na retórica dos pastores, mostrou-se um instrumento de convencimento e conversão mais eficaz que templos e igrejas” (SANTOS e CAPARELLI, 2004, p. 34). No Brasil, o surgimento da Igreja eletrônica a partir da compra da TV Record pela Igreja Universal do Reino de Deus, em 1989 e do evento televisivo, em meados dos anos 1990, de um bispo evangélico chutando a imagem de Nossa Senhora Aparecida, são marcos no debate sobre mídia, racismo e intolerância religiosa.

Na atualidade, vemos o fortalecimento da tríade comunicação, religião e política mostrando todo o seu poder de sustentação ideológica, política e econômica decorrente de vários fatores, entre eles, o crescimento do número de evangélicos que, na década de 2010, aumentou em torno de 61% (IBGE, 2010); do aumento do número de parlamentares no Congresso Nacional, cuja Frente Parlamentar Evangélica (FPE), agrega mais de 90 parlamentares (DIP, 2015) e, do “televangelismo” que, em 2013, ocupava 140 horas semanais da TV brasileira (BARBOSA e MARTINS, 2013).

Sendo assim, uma análise sobre as ocorrências de expressão religiosa na televisão brasileira como parte de um sistema de significação que, entre outras coi-

sas, leva à consolidação de imagens racistas e favorece o clima de intolerância religiosa é extremamente pertinente e tarefa à qual nos propomos nesse texto. Mais especificamente, a intenção inicial aqui é buscar e analisar informações sobre programas com conteúdo religioso postas nas grades das emissoras Globo e Record, em 2010 e 2015. Dito de outra forma, a ideia é demonstrar a forma e o grau da presença das religiões na mídia televisiva aberta, principalmente, das Igrejas Neopentecostais e Católica e, ao mesmo tempo, analisar a formação dessas hegemonias religiosas que marginalizam os demais seguimentos e, em especial, as religiões de matriz africana.

Desta forma, esperamos poder demonstrar, por um lado, a invisibilidade das religiões de matriz africana dentro de um processo de expansão, principalmente, dos seguimentos pentecostais e, por outro, a visibilidade intolerante dessas religiões com essas mesmas religiões de matriz africanas, marginalizadas por meio dos discursos e imagens degradantes e negativas associadas às características dessas religiões.

Vale esclarecer, que a primeira coleta de dados foi realizada ainda em 2010, durante a realização do curso de Pós-graduação da primeira autora, para apresentação de trabalho para uma das disciplinas do curso, ministrada pela segunda autora. Posteriormente, foi realizada a segunda coleta, em 2015, para desenvolvimento desse estudo. Para a coleta de dados e exploração do tema, como dito anteriormente, foram analisados dois canais da TV aberta - Rede Globo e Rede Record. A coleta dos dados foi realizada por meio dos sites de cada uma das emissoras citadas, buscando identificar programas de caráter religioso constante na grade oficial de programação, em nível nacional.

2 DESENVOLVIMENTO

Hoje, a televisão é o maior veículo de informação e entretenimento de grande parte dos brasileiros, como

podemos constatar nas pesquisas do Censo2010, que revelam um percentual de mais de 95,1% (IBGE, 2010), de lares brasileiros com acesso a aparelhos de TV e, que em média, os brasileiros passam 4h e 31 minutos por dia expostos ao televisor, de 2ª a 6ª-feira, e 4h e 14 minutos nos finais de semana, números superiores aos encontrados na PBM 2014 (BRASIL, 2014). Apesar do crescimento do acesso à internet e do tempo dedicado a esse tipo de mídia, a televisão segue como meio de comunicação predominante, conforme a “Pesquisa Brasileira de Mídia 2015” (BRASIL, 2014).

Esses dados nos ajudam a entender a influência da televisão na construção de determinados valores e estereótipos. De acordo com Gaspar (2010), os meios de comunicação de massa, em especial a TV, traduzem um processo de ocultação da população negra brasileira resultante, entre outros, da falta de democracia na concessão de emissoras de rádio e TV, que continuam concentradas nas mãos da elite econômica e política do país. Apesar das redes de televisão serem concessões públicas, portanto, obrigadas a respeitarem, em sua programação, os princípios constitucionais do Brasil, um país laico, o que se vê é uma programação do rádio e de TV que privilegia determinadas religiões e estigmatizam outras.

Segundo Barbosa e Martins (2013, *online*):

O poder público tem se eximido de enfrentar os interesses das igrejas e garantir que o sistema de comunicação não sirva ao proselitismo religioso. A ausência de ações dá-se mesmo quando esses grupos usam seus representantes no Congresso Nacional para manter e até mesmo ampliar suas redes de comunicação.

Charaudeau (2006) afirma que na disputa pela opinião pública o poder político é parte interessada na agenda midiática e, por isso, tenta e logra a conquista do maior número e ingerência no sistema de distribuição e controle dos meios de comunicação. Na concepção do Estado Democrático adotada pela Constituição de 1988, deve ser garantida a pluralidade dos direitos aos cidadãos, sem discriminação de sexo, raça ou re-

ligião, como bem lembra Dias (2012). No entanto, na prática percebe-se uma “invisibilidade seletiva” (GASPAR, 2010, p. 13) da população negra e, conseqüentemente, das crenças associadas a essa população.

Atualmente, assistimos a uma crescente presença da religião na TV, seja pela compra e controle de emissoras por organizações religiosas, seja pela compra de horários para a transmissão de suas programações religiosas. No Informe de Acompanhamento de Mercado de TV Aberta, publicado pelo Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA) (BRASIL, 2013) o gênero religioso foi o responsável por 13,55% do tempo médio das grades das 10 redes de tv analisadas, com destaque para a Rede TV! que dedicou 38,08% do tempo ao gênero religioso; a Rede CNT dedicou 36,67%; a *Rede Record* 23,33%; a BAND 17%; a TV Gazeta 15,71%; a *Rede Globo* dedicou apenas 0,84 e o SBT não aparece no informe ANCINE 2012 (BRASIL, 2013).

A inserção de temas religiosos nas programações da televisão brasileira não é recente, data da década de 1950, quando a televisão foi implementada no Brasil e predominava a Igreja Católica. Porém, o que vemos hoje é a mídia como estratégia de conversão, mas que não se resume à reprodução de suas doutrinas, uma vez que o forte apelo sentimental é condizente com as fórmulas mercadológicas utilizadas pelos meios de comunicação de massa em geral e sob a ótica capitalista, seja para atender à fins políticos ou econômicos.

Apesar de parecer crescente o uso da TV por parte das instituições religiosas, notamos que a presença na mídia é restrita, basicamente, às Igrejas Neopentecostais e a Igreja Católica. Ocorre que a partir da década de 1980 essas igrejas começam a se profissionalizar e a dispor de todo um aparato para a utilização da mídia televisiva. No caso das Igrejas Pentecostais, além de aconselhamentos, seções de descarrego, pregação e forte apelo para a procura presencial do indivíduo aos templos, disponibilizam a venda de produtos e de *status* na ligação com o divino. Já o catolicismo sempre teve espaço, inclusive gratuito, também

nas emissoras públicas, para a exibição da missa. Com o fenômeno do crescimento das Igrejas Neopentecostais e sua forte presença na televisão, a igreja católica passou a perder fiéis e procurou aproximar-se desse formato mais interativo, investindo em programação especializada, com pregação, discussão de temas religiosos e venda de produtos.

O fato é que com a popularização dessas transmissões, o tempo na TV foi ficando mais caro e a disputa dessas religiões por concessões passou a figurar na pauta midiática. Hoje, a religião católica mantém três emissoras nacionais e a Igreja Universal do Reino de Deus, segundo informações contidas no seu *site* oficial¹, controla mais de cem emissoras afiliadas, com presença em todos os estados do país.

Esse crescimento da utilização da mídia pelas religiões majoritárias vem chamando a atenção principalmente por estarem associadas à busca pelo poder econômico e político, como pontua Filho (2005, p.116)

O fato a destacar é que os números de fiéis e estruturas de comunicação são postos no contexto de composição política. A mídia evangélica pode vir a usar os números que são divulgados sobre os evangélicos para mostrar viabilidade do público consumidor a seus eventuais anunciantes. O mesmo pode ocorrer em termos políticos.

Assim, a mídia televisiva, no que diz respeito à religiosidade, não foge da lógica do sistema de representação, onde quem tem o poder de definir é quem vai determinar as “identidades” dos programas apresentados e, portanto, dos telespectadores (SILVA, 2000, p. 91). Por isso mesmo, àquelas religiões que dispõem de menor recurso para esse tipo de investimento acabam por ficar à margem das programações de TV, passando, portanto, por um processo de invisibilidade midiática, como se a diversidade cultural-religiosa brasileira passasse apenas pelos seguimentos católico e evangélico.

1. Disponível em: <<http://rederecord.r7.com/emissoras-record/rede/>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2015.

Em entrevista para o programa Ver TV, do canal TV Câmara, Luiz Fernando Cunha - Pres. Sociédios do Ilê Azê de Abaloaê - comenta sobre o assunto:

Você tem o espaço que é destinado por algumas emissoras, para a missa da religião católica, você tem o espaço para mostrar o culto evangélico, mas não tem o mesmo espaço para mostrar os cultos afro-brasileiros. A consequência dessa falta de espaço é, exatamente, o desconhecimento por parte da população do que se faz dentro de um centro de Umbanda, por exemplo. (CUNHA, 2007, *online*)

E, ainda, no mesmo programa a pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião, Cristina Vital (2007), confirma essa consideração por meio da observação de seis canais da TV aberta, no Rio de Janeiro, em que foi identificado que quatro desses possuem programações evangélicas, bem como das 10 analisadas no monitoramento de TV aberta pela ANCINE, apenas duas redes (MTV e SBT) não apresentam quaisquer programações religiosas em sua grade (ANCINE, 2013). Ainda, sobre o trabalho de Vital (2007), os seis canais totalizam entre 22 a 25 horas por dia de programação religiosa. No entanto, no dia em que totalizam 22 horas, 21 horas são de programações evangélicas. De outras religiões apenas foram identificados dois programas: um judeu, de uma hora semanal, e um da umbanda, com trinta minutos semanais.

Essas pesquisas confirmam aquilo que para nós, telespectadores já é bem visível, ou melhor, invisível. É

fato que, sem adentrar com profundidade na discussão sobre os aspectos político e econômico, pois isso seria assunto para outro artigo, as religiões de matriz africana não conseguem ter representatividade na mídia televisiva, em parte por serem menos providas de recursos econômicos do que os neopentecostais e católicos, por exemplo. Mas, também por fazerem parte de um segmento que, historicamente, sempre foi associado à:

(.....) formas maniqueístas de compreender as diferenças culturais e fenotípicas a partir das categorias superior e inferior, culto e ignorante, evoluído e primitivo que são atribuídas à Europa (branca) e à África (negra), respectivamente [e] refletem, segundo Fanon (2008), nossa tendência colonialista introjetada do (PACHECO, 2015, p.92).

A hegemonia das duas vertentes Católicas e Neopentecostal demonstram o processo histórico de exclusão de parte da população e um distanciamento da realidade cultural do país, cheia de diversidade religiosa, condenada a exibir suas práticas na circunscrição de seus “terreiros”.

Os dados levantados por nós, em 2010 e 2015, a partir da observação dos conteúdos das grades de programação nos sites dos dois canais da TV aberta – Rede Globo e Rede Record - demonstraram o predomínio dos pentecostais, com 3 horas e 44 minutos semanais, embora a TV GLoBo apresentasse também 20 minutos de programação que abordava o tema de diversidade religiosa. (Tabela 1).

Tabela 1: Programação religiosa em 2010

EMISSORA	PROGRAMAÇÃO RELIGIOSA / EM HORAS ²	CATÓLICOS	PENTECOSTAIS	DE MATRIZ AFRICANA	DIVERSIDADE RELIGIOSA
GLOBO	1h20min	1h	0	0	20min
RECORD	3h45min	0	3h45min	0	0

Fonte: sites das emissoras (Rede Globo, disponível em: <<http://www.redeglobo.globo.com>>; Rede Record, disponível em: <<http://www.rederecord.r7.com>>).

2. Esse número corresponde ao total, em horas, dos programas com temática religiosa exibidos semanalmente.

Em 2015, houve um crescimento extremamente alto de programação na Record. A ocorrência está associada à transmissão de cultos e programas de cunho pentecostais ao longo das madrugadas, geralmente marcados pelo proselitismo e forte apelo dramático, depoimentos de curas e prosperidade financeira. Além da programação das madrugadas, há também a exibição de dois pro-

gramas de 30 minutos cada, aos sábados e domingos. Em 2015, a programação da Globo, permanece quase inalterada, com a exibição da “Santa Missa” aos domingos. No entanto, a única ocorrência de programação que contemplava a diversidade religiosa, o programa *Sagrado*, que somava os poucos 20 minutos ao logo da semana, saiu da grade de programação da emissora.

Tabela 2: Programação religiosa em 2015

EMISSORA	PROGRAMAÇÃO RELIGIOSA /EM HORAS ³	CATÓLICOS	PENTECOSTAIS	MATRIZ AFRICANA	DIVERSIDADE RELIGIOSA
GLOBO	1h	1h	0	0	0
RECORD	34h30min	0	34h30min	0	0

Fonte: sites das emissoras (Rede Globo, disponível em: <<http://www.redeglobo.globo.com>>; Rede Record, disponível em: <<http://www.rederecord.r7.com>>).

Assim, nas casas dos telespectadores o volume final de programação religiosa é muito maior do que declaram essas emissoras; principalmente, a Rede Record, que hoje é controlada pela Igreja Universal do Reino de Deus e compõe grande parte das programações da madrugada com temas evangélicos vinculados a suas afiliadas, espalhadas por todo Brasil.

Outro dado evidente que pudemos observar nas tabelas é a inexistência de qualquer programação de cunho religioso voltado para apresentação de religiões de matriz africana, ou de qualquer outra minoria. Apenas vamos registrar a apresentação do programa *Sagrado*, da Rede Globo, na primeira coleta realizada em 2010, que se propunha a falar da diversidade religiosa existente no Brasil. No entanto, o espaço destinado ao programa era de dois minutos diários, de segunda a sexta e dez minutos aos domingos, totalizando vinte minutos semanais. Vale salientar, que o programa não faz mais parte da programação da emissora, como já foi pontuado.

3. Esse número corresponde ao total, em horas, dos programas com temática religiosa exibida semanalmente.

Em estudo sobre o programa *Sagrado*, Nascimento e Júnior (2014) revelaram que o horário e o tempo de exibição se mostraram inadequados à proposta de discussão da diversidade religiosa, se tornando um tanto dispersa, embora tenha sido capaz de informar alguns telespectadores mais atentos. É importante lembrar, que as religiões de matriz africana detêm um histórico bastante intenso de estigmatização, desde a perseguição nas senzalas, passando pelas agressões policiais, intensificadas na década de trinta, até os ataques de outras matrizes religiosas a respeito de suas práticas e costumes. Somado a isto, a polarização entre católicos e evangélicos tem dificultado a participação de outras religiões na mídia televisiva, em especial das religiões de matriz africana.

Assim como disseram os autores Oro e de Bem (2009), houve uma ampliação dos ataques às religiões de matriz africana a partir da difusão midiática, que levou o preconceito e o desrespeito circunscrito ao meio evangélico para inúmeros lares brasileiros. O agravamento desta situação ocorre, justamente pela composição de vários elementos, entre eles, o fato das

religiões afro-brasileiras serem minorias e, portanto, possuem menor poder político de barganha frente à guerra por votos e audiência; possuem menor poder aquisitivo (político e econômico) que os neopentecostais e católicos, até pela própria característica menos proselitista e, principalmente, o resultado desse histórico de preconceitos contra essas religiões.

Assim como coloca Dias (2012), a religião hoje tem sido vista como uma prestadora de serviços, associada à solução tópica de problemas diários. Utilizando-se desta ótica as igrejas católicas e, em especial, as neopentecostais têm obtido grande alcance por meio do uso das mídias de massa e da depreciação das outras formas de crença.

As religiões de matriz africana enfrentam hoje, na televisão brasileira, uma combinação de invisibilidade e visibilidade desrespeitosa, que tem contribuído para o desconhecimento e a construção de signos negativos em relação a essa temática, visto o potencial de alcance da mídia em discussão.

O Promotor de Justiça da Bahia, Miro Sena Soares Filho, em entrevista para o programa *Ver Tv*, exibido pela TV Câmara, comentou sobre a representação da religião de matriz africana de forma desqualificativa e desrespeitosa:

Se constata pela veiculação de religiosos de outras matrizes religiosas que, de certa forma, direta ou indiretamente, fazem referências negativas às religiões de matriz africana. Como também, através de programas humorísticos ou de reportagens com enfoques que retratam de forma desrespeitosa essas religiões. (FILHO, 2007, *online*)

Mariano (2007), exemplifica ações de demonização dos cultos Afro-brasileiros, a partir da atuação do Bispo Edir Macedo nas madrugadas, que afirmava que “Os demônios se apossam das pessoas através de participação direta ou indireta dos centros espíritas, por meio de trabalhos ou despachos, pela ingestão de comidas sacrificadas a ídolos (...)” (2002, apud MARIANO, 2007, p.132).

Ainda, analisando esse discurso, Mariano (2007, p. 132) afirma que:

Macedo é direto e preciso, não deixa margem para dúvidas: no Brasil, os demônios se apossam dos seres humanos, sobretudo através do espiritismo, termo que abrange os cultos afro-brasileiros e o Kardecismo. [...] E quanto a isso ele não está sozinho, ele definitivamente não prega no deserto, mas em terreno bastante receptivo, fértil.

Segundo Fernandes (1998, Apud MARIANO, 2007, p. 133), em 1994, foi realizada uma pesquisa, pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), entre os evangélicos do Rio de Janeiro com o objetivo de identificar as religiões demoníacas que, sem nenhuma surpresa, identificou a umbanda e o candomblé, por 95% dos entrevistados e, o catolicismo por 30%.

A invisibilidade, que significa não dispor de espaço midiático para mostrar os preceitos das religiões de matriz afro-brasileira e a visibilidade desrespeitosa e demoníaca dos cultos afro-brasileiros leva, entre outras coisas, à naturalização da intolerância que se alastra por meio dos meios de comunicação de massa.

Outro aspecto dessa relação invisibilidade e visibilidade negativa das religiões de matriz africana é o avanço do conservadorismo no congresso nacional e retrocesso do avanço de algumas conquistas sociais. Em um levantamento realizado por Medeiros e Fonseca (2016) e publicado na PUBLICA online, as cinco maiores bancadas no congresso são: Dos Parentes (238), Empreiteiras e Construtoras (226), Empresarial (208), Ruralistas (207) e a bancada Evangélica ou Frente Parlamentar Evangélica (FPE), conta com 196 integrantes. A maioria dos parlamentares pertence às igrejas pentecostais: Assembleia de Deus, seguida pela Igreja Universal do Reino de Deus, Sara Nossa Terra e Quadrangular.

O que, de certa forma, dá identidade a essa bancada, mais que a defesa de temas como aborto, violência, drogas e sexualidade, questões relacionadas à lei

do silêncio o que une a Frente Parlamentar Evangélica, como afirma a pesquisadora Bruna Suruagy em entrevista (DIP, 2015, *online*), é:

A conquista de dividendos para as igrejas como a manutenção de isenção fiscal, a manutenção das leis de radiodifusão, a obtenção de espaços para a construção de templos e a transformação de eventos evangélicos em culturais para obtenção de verbas públicas estão nesse páreo.

Outro elemento a ser ressaltado, é a regulação jurídica que, apesar dos seus dispositivos e avanços no combate ao racismo e intolerância religiosa, na prática, tem se mostrado bastante frágil, não apenas pela incapacidade do Estado em fazer cumprir as normas, mas também pelo conflito de interpretação, por parte do judiciário, que em muitas oportunidades entende agressão criminosa ao sentimento religioso como liberdade religiosa, se omitindo frente a agressões de outros seguimentos religiosos aos de matrizes africanas.

Sendo assim, apesar de, o ordenamento jurídico brasileiro ter garantido a liberdade religiosa, com a constituição de 1988 com relativa importância, quando transforma o dispositivo em cláusula pétrea, não se pode esquecer que por muito tempo a prática dos cultos afro-brasileiros foi considerada imprópria e criminalmente punida. De forma que temos na atualidade uma nascente atuação jurídica que busca proteger e garantir a realização dos cultos afro-brasileiros, mas também, simultaneamente, temos os casos em que a justiça perpetua a ignorância, como no caso do juiz da 17ª Vara Federal do Rio, Eugênio Rosa de Araújo, que negou o pedido de retirada de vídeos com mensagens de intolerância contra religiões afro-brasileiras, por considerar que a umbanda e o candomblé “não contêm os traços necessários de uma religião”.

O sistema judiciário não é homogêneo e isso se manifesta em sua oscilação entre o conservadorismo e o cumprimento dos princípios constitucionais. Aos poucos se começa a perceber certa postura de defesa

da diversidade religiosa. Em maio de 2015, como resultado de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal, a Rede Record de Televisão e a Rede Mulher foram condenadas pela Justiça Federal por veicularem conteúdos ofensivos contra religiões e crenças afro-brasileiras em suas programações. O juiz da 25ª Vara Federal Cível, em São Paulo, condenou as emissoras a produzirem quatro programas contendo o direito de resposta de religiões de matriz africana como o Candomblé e a Umbanda, porém a sentença é de primeira instância e ainda cabe recurso por parte das acusadas.

Em sua sentença o juiz federal, Djalma Moreira Gomes, ressaltou o caráter educativo e cultural que deve ter a televisão, por se tratar de uma concessão pública, de forma que a postura do Estado frente as diversas manifestações religiosas sejam de garantia e proteção, mesmo que seus dirigentes não sejam adeptos de nenhum dos seguimentos religiosos.

Sobre esse aspecto, Silva (2007, p.222) considerou importante a atuação do Estado por meio do poder judiciário:

Apesar das dificuldades, essas ações jurídicas começam a dar resultados favoráveis aos adeptos das religiões afro-brasileiras. As igrejas evangélicas responsáveis pelos programas, considerados ofensivos às religiões afro-brasileiras, e as redes de televisão que os exibem estão sendo notificadas. Na Bahia, há inúmeros processos em andamento, alguns deles com sentenças outorgadas. O programa Ponto de Luz, da Igreja Universal de Deus, teve seu horário de exibição alterado (reclassificação etária), ficando proibidas as referências pejorativas às religiões afro-brasileiras.

Em um programa de TV, o Mestre Araobata, Diretor Acadêmico da Faculdade de Teologia da Umbanda, também demonstrou sua opinião a respeito:

A gente acredita que o governo deveria impedir certos processos de demonização, não só da umbanda, mas de qualquer outro culto, e a gente vê isso acontecendo na televisão. Quando é de um culto de maioria - a gente se lembra da Igreja Universal do Reino de Deus, quando um pastor chutou a imagem da virgem Maria

- há uma comoção geral no Brasil, agora quando se demoniza os cultos afro-brasileiros, a gente sente certa passividade das agências reguladoras que não deveria existir. (ARAOBATA, 2007, *online*)

Para além dos ataques mais explícitos, as formas sutis de preconceito também se espalham na TV e nos meios de comunicação em geral, sejam em ações, omissões ou na própria invisibilidade da cultura afro-brasileira na mídia. Como declarou a Cantora Leci Brandão, no Seminário Mídia e Racismo, realizado na Universidade Cândido Mendes:

(...) também noto a repressão que é exercida sobre o aspecto religiosos da cultura negra. De 1985 para cá, sempre as últimas faixas dos meus discos têm uma saudação para um dos meus orixás, Ogum e Iansã. Por isso tenho percebido bem diretamente a dificuldade que existe para colocar discos com esse tipo de referência em muitas emissoras de rádio, principalmente, as que sofrem a influência de grupos evangélicos. (RAMOS, 2002, p. 89)

É assim, que o preconceito contra as religiões de matriz africana vai se alastrando, disperso em meio à invisibilidade dessas religiões em espaços considerados nobres pela sociedade, como no caso da mídia. Associado a isto, seguem os episódios de desrespeito aos praticantes das religiões afro, por meio de deturpações das suas práticas religiosas e do incentivo aos comportamentos segregacionistas e até agressivos.

Santos e Capparelli (2004, p.19), apontam o perigo que representa “o casamente entre as agressivas práticas mercadológicas das igrejas eletrônicas e as práticas políticas clientelistas que tem condicionado os serviços radiodifusão no país”. Para os autores, “um dos riscos dignos de atenção é a possibilidade de intransigência frente a diversidade social, seja pautada por tendências monopólicas de mercado ou por dogmas religiosos” (SANTOS e CAPPARELLI, 2004, p.19).

Ramos (2002, p. 22) segue essa mesma linha ao afirmar que:

A invisibilidade é uma das grandes crueldades do racismo. É lamentável que tenhamos que levantar bandeiras dessa natureza em uma sociedade que compreende e reconhece que negros, indígenas e brancos formaram a nossa civilização brasileira, mas que os considera invisíveis e pensa que somos poucos [...]”

Dessa forma, não há como menosprezar o crescimento das igrejas eletrônicas e da bancada evangélica, como parte do fenômeno da despilitização da vida social que ocorre tanto no Brasil como no restante do mundo e, que tem possibilitado o avanço de uma extrema direita que adota um discurso racista, xenófobo e de intolerância na vida política internacional (SANTOS e CAPPARELLI, 2004).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já demonstrado nesse texto e por diversos autores, o nosso racismo e intolerância à diferença religiosa, entre outras, se manifesta na negação. O preceito institucional de liberdade religiosa é apenas parcial e, para aqueles grupos sociais que detém não só o poder midiático, mas também político. Tivemos, no princípio da nossa história como nação, a hegemonia católica que perdurou, pelo menos, até o início do século XX e, mais recentemente, uma disputa pela hegemonia por parte dos segmentos católicos e evangélicos e, prioritariamente, neopentecostais.

Desde os tempos colônias, as religiões de matriz africana estiveram sempre à margem da sociedade, quase sempre servindo como alvo de agressões por parte de diversos setores sociais, inclusive por seguidores das religiões católicas e pentecostais.

De forma geral, a chegada da televisão propiciou um espaço bastante fértil para a ampliação do domínio e hegemonia religiosa primeiramente, dos católicos e, agora, dos pentecostais. A TV tem sido item indispensável para a difusão do proselitismo.

Entretanto, um dos maiores problemas da presença midiática das religiões comentadas é o desrespeito aos adeptos de outras crenças, incitando comportamentos preconceituosos e, muitas vezes, chegando à agressão física. Outro aspecto da presença dessas religiões hegemônicas na mídia é a poder do referido meio de criar, definir e propagar estereótipos, preconceitos e, conseqüentemente racismo religioso, especialmente quando se trata das religiões afro-brasileiras. Ademais dos programas religiosos que ocupam atualmente grande parte da programação televisiva de algumas redes de TV e vinculam a ideia de feitiçaria ou outros signos negativos, os programas humorísticos e as telenovelas, também ridicularizam ou caricaturizam os adeptos das religiões afro-brasileiras.

Na verdade, a problemática que apresenta em torno do proselitismo na TV, das preferências declaradas de determinadas emissoras por determinadas religiões, provocando um “binopólio concorrente” que não deixa espaço para outras crenças, impossibilitando aos telespectadores formar opiniões e críticas são apenas alguns dos aspectos do problema maior que é a ausência de controle crítico e democratização dos meios de comunicação.

Certamente o objetivo da TV, como dos demais meios de comunicação, em sociedades democráticas, deveria ser o de ser instrumento de debate, de fortalecimento da cidadania e, também o de educar, no sentido amplo definido por Paulo Freire. No entanto, o que temos hoje é o monopólio dos meios de comunicação por poucos grupos e atores sociais, uma mídia extremamente parcial e despolitizada que, ademais desses elementos, funcionam como reproduzoras do pensamento hegemônico e conservador, que se fortalece a cada dia. Nesse sentido, torna-se urgente a necessidade de criar mecanismos que possam controlar esses excessos, tornando o espaço da televisão mais justo e adequado a uma nação que invoca na sua constituição federal a liberdade religiosa.

REFERÊNCIAS

ARAOBATA. Entrevista concedida ao Programa Ver TV. 2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2010.

BARBOSA, B. MARTINS, H. Fundamentalismo midiático: a religião ocupando as concessões públicas. **Fórum**, 2013 (14/08/2013). Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2013/08/14/fundamentalismo-midiatico-a-religiao-ocupando-as-concessoes-publicas/>

BRASIL. Ministério da Cultura. Agencia Nacional de Cinema (ANCINE). **Informe de Acompanhamento do Mercado**. TV Aberta. Monitoramento da Programação em 2012. Brasília: MEC, 25/06/2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2015**: Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014.

CUNHA, L. F. **TV câmara**. Entrevista concedida ao Programa Ver TV. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

DIAS, Agemir de Carvalho. **Sociologia da religião**: Introdução às teorias sociológicas sobre o fenômeno religioso. São Paulo: Paulinas, 2012.

DIP. Andrea. Bancada. Os pastores do Congresso. **Publica**. Agencia de reportagem e jornalismo investigativo. Atualizado em 19/10/2015. Disponível em: <http://apublica.org/2015/10/>. Acesso em 01 de agosto de 2016

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FILHO, Valdemar Figueiredo. **Entre o palanque e o púlpito: mídia, religião e política**. São Paulo: Annablume, 2005.

FILHO, M. S. S. **TV câmara**. Entrevista concedida ao Programa Ver TV. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2010.

FONTELES, Heinrich Araújo. **A ascensão da mídia evangélica** – uma (mútua) interferência política, econômica e tecnológica. São Paulo: 2007. Disponível em <http://www.slideserve.co.uk/a-ascensao-da-midia-evangelica-2013-uma-mutua-interferencia-politica>. Acesso em 01 de agosto de 2016.

GASPAR, Osmar Teixeira. **Mídias – concessão e exclusão**. São Paulo: Faculdade de Direito da USP, 2010. 192 f. dissertação (mestrado em Direito), Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Faculdade de Direito, USP, São Paulo, 2010.

IBGE. **Censo demográfico de 2010: resultados gerais da amostra**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2015.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais em ação: a demonização dos cultos afro-brasileiros. In: NASCIMENTO, Robéria Nádia Araújo e JUNIOR, Emilson Ferreira Garcia. Os possíveis sentidos do pluralismo religioso: uma análise do programa *Sagrado da Rede Globo*. **Rumores**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 218-235, jul/dez. 2004.

NASSIF, L. Os grupos de mídia e o desrespeito às religiões. **Luis Nassif online**. Atualizado em 12.08.2015. Disponível em <http://jornalggn.com.br/comment/556104>. Acesso em 01 de agosto de 2016.

ORO, Ari Pedro; BEM, Daniel F. **A discriminação contra as religiões afro-brasileiras**: ontem e hoje, Porto Alegre, n. 44, dezembro/2008. P. 301-318. Disponível em: <[HTTP://www1.fapa.com.br/cienciaseletras/pdf/revista44](http://www1.fapa.com.br/cienciaseletras/pdf/revista44)>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2010.

PACHECO, Lwdmila Constant. Racismo e Intolerância religiosa: Representações do Xangô nos jornais de Maceió entre 1905 e 1940. **SANKOFA**. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano VIII, N°XV, Agosto/2015, pp.80-109.

RAMOS, Silvia (Org.). **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Suzy CAPPARELLI, Sérgio. Cresce e multiplicaí-vos: a explosão religiosa na televisão brasileira. In: **Texto** (UFRGS). v.11, 2004. pp.1 – 23.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: Significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. *Mana* [online]. 2007, vol.13, n.1, pp.207-236. ISSN 0104-9313. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132007000100008>.

VAN DIJK, T.U. **Dominação étnica y racismo discursivo na Espanha y Latinoamericana**. Barcelona, Editora Gedisa, 2003.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, T. T. (org.) **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Vozes, pp.7-72, 2000.

Recebido em: 29 de dezembro de 2015
Avaliado em: 3 de junho de 2016
Aceito em: 2 de agosto de 2016

1. Servidora da Fundação Nacional do Índio em exercício Provisório no IFPE; Licenciada em História e especialista em Psicossociologia das Relações Afro-brasileiras – UFRR. E-mail: edvaniakb@gmail.com
2. Doutora em Ciências Sociais e Professora efetiva da Universidade Federal de Roraima – UFRR. E-mail: francilene.rodrigues@pq.cnpq.br